

**EXAME XX - 1ª fase - 24/07/2016**

**PROVA BRANCA**

**Comentário às questões de Direito Empresarial**

**Questão 48**

Cícero sacou uma letra de câmbio em favor de Amélia, tendo designado Elísio, que acatou a ordem de pagamento. A primeira endossante realizou um endosso em preto para Dario, com proibição de novo endosso.

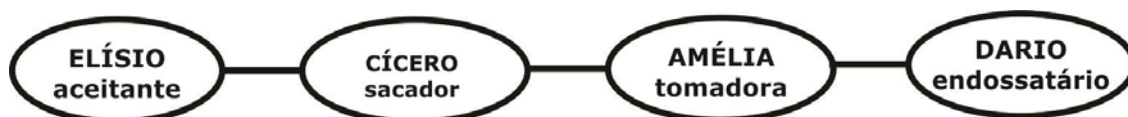
Diante do efeito legal da cláusula de proibição de novo endosso, assinale a afirmativa correta.

- a) Caso Dario realize um novo endosso, tal transferência terá efeito de cessão de crédito perante os coobrigados e efeito de endosso perante o aceitante.
- b) Dario não poderá realizar novo endosso no título sob pena de desoneração de responsabilidade cambial dos coobrigados.
- c) Tal qual o endosso parcial, a proibição de novo endosso é nulo por restringir a responsabilidade cambiária do endossante e do sacador.
- d) Amélia, embora coobrigada, não responde pelo pagamento da letra de câmbio perante os endossatários posteriores a Dario.**

**Comentários:**

Critica-se a inclusão da letra de câmbio na prova, uma vez que este título praticamente inexistente no Brasil.

A melhor forma de solucionar o problema está em construir a cadeia de endosso do título:



A questão pode ser resolvida pela doutrina e pela legislação.

Doutrinariamente, temos que a proibição de um novo endosso equivale à **cláusula não à ordem**, em que a transferência ocorre como mera cessão civil de créditos. Caso seja inserida pelo sacador (criador do título) essa cláusula

produzirá efeitos para todos os coobrigados do título; sendo inserida por um endossante, somente produzirá efeitos a partir desse endosso.

A alternativa A está incorreta porque o novo endosso somente produzirá efeitos perante Amélia e os coobrigados posteriores; a alternativa B está incorreta porque não ocorrerá a desoneração cambial de Elísio e de Cícero; a alternativa C está igualmente incorreta porque não é nulo.

A alternativa correta é, portanto, a D, e está de acordo com a Lei Uniforme de Genebra (Anexo I do Decreto nº 57.663/1966), art. 15, 2ª alínea:

O endossante pode proibir um novo endosso, e, neste caso, não garante o pagamento às pessoas a quem a letra for posteriormente endossada.

### Questão 49

Mostardas, Tavares & Cia Ltda. EPP requereu sua recuperação judicial tendo o pedido sido despachado pelo juiz com a nomeação de Frederico Portela como administrador judicial.

Em relação à remuneração do administrador judicial, será observada a seguinte regra:

a) A remuneração não excederá 5% (cinco por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial.

**b) Caberá ao devedor arcar com as despesas relativas à remuneração do administrador judicial e das pessoas eventualmente contratadas para auxiliá-lo.**

c) A remuneração deverá ser paga até o final do encerramento da verificação dos créditos e publicação do quadro de credores.

d) Será devida remuneração proporcional ao trabalho realizado quando o administrador judicial for destituído por descumprimento dos deveres legais.

#### Comentários:

Questão de dificuldade média e pode ser resolvida pelos artigos 24 e 25 da Lei de Falência e Recuperação de Empresas (Lei nº 11.101/2005):

A alternativa A está incorreta; apesar do disposto no art. 24, § 1º, que prevê remuneração de 5%, a empresa recuperanda é Empresa de Pequeno Porte (EPP) e a solução está no § 5º, incluído pela Lei Complementar nº 147/2014:

§ 5º. A remuneração do administrador judicial fica reduzida ao limite de 2% (dois por cento), no caso de microempresas e empresas de pequeno porte.

A alternativa B está correta:

Art. 25. Caberá ao devedor ou à massa falida arcar com as despesas relativas à remuneração do administrador judicial e das pessoas eventualmente contratadas para auxiliá-lo.

A alternativa C está incorreta, pelo disposto no art. 24:

§ 2º. Será reservado 40% (quarenta por cento) do montante devido ao administrador judicial para pagamento após atendimento do previsto nos arts. 154 e 155 desta Lei.

A alternativa D está incorreta pelo disposto no art. 24:

§ 3º. O administrador judicial substituído será remunerado proporcionalmente ao trabalho realizado, salvo se renunciar sem relevante razão ou for destituído de suas funções por desídia, culpa, dolo ou descumprimento das obrigações fixadas nesta Lei, hipóteses em que não terá direito à remuneração.

### Questão 50

Maria, empresária individual, teve sua interdição decretada pelo juiz a pedido de seu pai, José, em razão de causa permanente que a impede de exprimir sua vontade para os atos da vida civil.

Sabendo-se que José, servidor público federal na ativa, foi nomeada curador de Maria, assinale a afirmativa correta.

**a) É possível a concessão de autorização judicial para o prosseguimento da empresa de Maria; porém, diante do impedimento de José para exercer atividade de empresário, este nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes.**

b) A interdição de Maria por incapacidade traz como efeito imediato a extinção da empresa, cabendo a José, na condição de pai e curador, promover a liquidação do estabelecimento.

c) É possível a concessão de autorização judicial para o prosseguimento da empresa de Maria antes exercida por ela enquanto capaz, devendo seu pai, José, como curador e representante, assumir o exercício da empresa.

d) Poderá ser concedida autorização judicial para o prosseguimento da empresa de Maria, porém ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que Maria já possuía ao tempo da interdição, tanto os afetados quanto os estranhos ao acervo daquela.

### Comentários:

Questão de baixa dificuldade e pode ser resolvida pelo Código Civil:

Art. 974. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.

Art. 975. Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes.

### Questão 51

P Industrial S.A, companhia fechada, passa momentaneamente por dificuldades financeiras que se agravaram com a crise na atividade industrial do país. A assembleia geral autorizou os administradores a alienar bens do ativo permanente, dentre eles uma unidade produtiva situada no município de Mirante da Serra, avaliada em R\$ 495.000.000,00.

Considerando-se que a unidade produtiva da companhia integra seu estabelecimento, assinale a alternativa correta.

a) A assembleia geral não pode autorizar a alienação da unidade produtiva. Por ser o estabelecimento uma universalidade de direito, seus elementos devem ser mantidos indivisíveis e unitariamente agregados para o exercício da empresa.

**b) A assembleia geral pode autorizar a alienação da unidade produtiva. Por ser o estabelecimento uma universalidade de fato, seus elementos podem ser objeto de negócios jurídicos próprios, translativos ou constitutivos, separadamente dos demais.**

c) A assembleia geral pode autorizar a alienação da unidade produtiva. Por ser o estabelecimento um patrimônio de afetação, cabe exclusivamente à companhia a decisão de desagregá-lo, e, com isso, limitar sua responsabilidade perante os credores ao valor da unidade produtiva alienada.

d) A assembleia geral não pode autorizar a alienação da unidade produtiva. Por ser o estabelecimento elemento de exercício de empresa, a alienação de qualquer de seus elementos (corpóreos ou incorpóreos) implica a impossibilidade de manutenção da atividade da companhia, operando-se sua dissolução de pleno direito.

#### Comentários:

Questão sem maiores dificuldades e está de acordo com o Código Civil e com a Lei de Sociedades por Ações (Lei nº 5.474/1968).

Em primeiro lugar, deve-se saber que o estabelecimento é uma **universalidade de fato** e pode ser objeto de alienação, de acordo com o Código Civil:

Art. 1.142. Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.

Art. 1.143. Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.

Os poderes para decidir sobre a alienação competem à Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação das S/A, de acordo com a Lei de Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976):

Art. 121. A assembleia-geral, convocada e instalada de acordo com a lei e o estatuto, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

A alternativa correta, portanto, é a **B**.

### Questão 52

Na sociedade Apuí Veículos Ltda., a sócia Eva foi eleita administradora pela unanimidade dos sócios, para um mandato de três anos. Em razão de insuperáveis divergências com os demais administradores sobre a condução dos negócios, Eva renunciou ao cargo após um ano de sua investidura.

A eficácia da renúncia de Eva se dará, em relação à sociedade, desde o momento em que:

- a) a assembleia de sócios ratifica o ato de Eva e, em relação a terceiros, após a averbação da renúncia.
- b) é designado novo administrador para substituir Eva; e, em relação a terceiros, após a averbação ou publicação da renúncia.
- c) esta toma conhecimento da comunicação escrita de Eva; e, em relação a terceiros, após averbação e publicação da renúncia.**
- d) o termo de renúncia de Eva é lavrado no livro de atas da administração; e, em relação a terceiros, após a publicação da renúncia.

#### Comentários:

Questão de dificuldade média e que pode ser resolvida pelo disposto no art. 1.063 do Código Civil:

§ 3º. A renúncia de administrador torna-se eficaz, em relação à sociedade, desde o momento em que esta toma conhecimento da comunicação escrita do renunciante; e, em relação a terceiros, após a averbação e publicação.